

## RESPOSTAS DO IBRAM AO OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO – INCENTIVOS FISCAIS NA AMAZÔNIA

**Pergunta - Há muitas críticas ao sistema de incentivos fiscais na região da Amazônia, sobretudo para a mineração, por ser um bem não-renovável. Como o Ibram vê os incentivos fiscais? Não seria incompatível com a agenda ambiental?**

RESPOSTA - O IBRAM não recebeu nenhuma crítica ao sistema de incentivos fiscais na região da Amazônia. **As atividades que prejudicam o meio ambiente, seja na Amazônia ou não, são as criminosas, como garimpo ilegal, entre outras. A mineração industrial segue a legislação e boas práticas em ESG. Promove a compensação ambiental dos impactos, recupera áreas mineradas, preserva intactas imensas reservas ambientais, entre outras iniciativas.**

**A relação entre incentivo fiscal e agenda ambiental é positiva, já que as empresas do setor encontram melhores condições para conduzir seus projetos minerários sempre com o devido cuidado e atenção a esta agenda.** Exemplos de projetos relacionados à agenda ambiental estão no Livro Verde disponível no site do IBRAM neste link - [https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2022/11/IBRAM\\_LivroVerde-digital-030123Id.pdf](https://ibram.org.br/wp-content/uploads/2022/11/IBRAM_LivroVerde-digital-030123Id.pdf) .

**Estudos sérios do projeto MapBiomas situam a mineração industrial como exemplo de ocupação inteligente do território. Ela apresenta baixa ocupação do solo e à medida que supera uma fase da produção, em determinada parcela de terreno, logo promove a recuperação do bioma. Isso vale para as minas na Amazônia, bem como em qualquer outra localidade e é isso o que o Livro Verde busca demonstrar; inclusive, a publicação destaca casos de mineração bem-sucedidos na região amazônica, entre outras.**

Em agosto de 2022, Tasso Azevedo, coordenador do projeto MapBiomas, participou com o IBRAM de um seminário sobre o tema mineração na Amazônia. Citamos sua participação para agregar à reportagem a opinião balizada de um especialista em meio ambiente e que não integra o meio da mineração.

No evento, Azevedo foi taxativo ao afirmar que a mineração industrial é “absolutamente compatível na Amazônia e com a preservação da floresta”, desde que se estabeleçam as proteções necessárias, em razão dos impactos da atividade. Ele acrescentou que na Amazônia a mineração industrial tem que se envolver nos esforços para que ela possa ser protegida e que se desenvolva embasada na sustentabilidade, já que também o setor mineral é atingido pelas consequências das ações danosas à região e à sua população. Esse envolvimento em prol da Amazônia “deve ser uma obsessão nacional. Uma obsessão do setor mineral” afirmou.

O IBRAM e as mineradoras associadas têm se empenhado em assumir compromissos pelo desenvolvimento sustentável e proteção da Amazônia. As iniciativas estão divulgadas no site do Instituto, entre outros canais.

A matéria sobre o evento sobre mineração na Amazônia bem como o link para assisti-lo na íntegra no Youtube está acessível aqui - <https://ibram.org.br/noticia/raul-jungmann-propoe-a-formulacao-de-um-projeto-de-desenvolvimento-sustentavel-para-a-amazonia/>

**Pergunta - Nessa primeira fase, a Reforma Tributária praticamente manteve a mesma taxaço para o setor de mineraço, o que, para muitos, é um valor muito baixo. O Ibram tem se posicionado de maneira contundente contra qualquer aumento nos impostos no setor minerário. Por quê? Considerando que as taxas brasileiras sobre o minério de ferro, por exemplo, são uma das menores do mundo?**

RESPOSTA - A afirmaço de que se manteve a mesma taxaço não corresponde à realidade. E a tributação não pode ser considerada baixa, já que a taxaço brasileira sobre a mineraço é uma das maiores, na comparaço com a existente nos países concorrentes em mineraço. Há estudos da consultoria internacional EY (Ernst&Young) fartamente divulgados a respeito e o IBRAM recomenda uma consulta a eles. Vamos a uns exemplos: O Brasil é o que mais tributa a bauxita, o cobre, o ferro, o chumbo, o manganês, o fosfato, a magnesita, o níbio, o ouro, o níquel, o potássio e o zinco.

A reforma tributária criou o Imposto Seletivo – em fase de regulamentação – e ele irá incidir sobre as receitas do setor, com a justificativa semelhante à existência da CFEM – Compensação Financeira pela Exploração Mineral, já recolhida pelas mineradoras. Ou seja, é mais um peso tributário sobre o setor, que perde condições de competitividade perante os demais países e assim o Brasil fica menos atrativo para o capital estrangeiro e nacional. A consequência é a postergação da implantação de projetos no país. Convém sempre lembrar: a mineraço é setor estratégico e considerada de utilidade pública. A União é detentora do patrimônio mineral, sendo as mineradoras concessionárias do Estado. Quando a mineraço é prejudicada, esta condição gera reflexos negativos sobre as empresas mas também sobre a União, os estados e os municípios.

A reforma ainda assegurou a taxaço do setor pelos fundos de infraestruturas estaduais. Eles oneram produtos primários e semielaborados (prejudicam também o agronegócio), ou seja, isso vai no sentido oposto aos princípios que nortearam a reforma, como a não cumulatividade, a não incidência sobre exportações, o princípio de destino e a aplicação uniformidade de alíquotas para diferentes setores.

O IBRAM emitiu posicionamento sobre a reforma tributária, disponível aqui - <https://ibram.org.br/posicionamento-setorial/posicionamento-do-ibram-sobre-a-reforma-tributaria/>

Outro ponto que a reportagem deve considerar é a criação por estados e municípios da TFRM, uma taxa para fomentar uma alegada fiscalizaço da atividade minerária – que já é uma tarefa da Agência Nacional de Mineraço custeada em parte pela CFEM. São valores de TFRM que o IBRAM considera desproporcionais e extremamente volumosos (na casa dos bilhões de reais), o que eleva sobremaneira os riscos da atividade empresarial no país.

No governo Michel Temer ainda houve brutal aumento da incidência da CFEM, principalmente pela modificação da base de cálculo, do faturamento líquido para bruto.

Não há nenhum estudo técnico que avalie a capacidade de o setor mineral absorver tantos novos encargos sobre suas receitas. O Brasil tem na mineraço um de seus principais setores industriais, que geram contribuiçoes socioeconômicas imprescindíveis para o desenvolvimento do país. Mas essa excessiva tributação está prejudicando seriamente as perspectivas

empresariais da indústria mineral. Não se pode tratar o setor como a “galinha dos ovos de ouro” das fábulas infantis.

## **NOTA DA VALE AO OBSERVATÓRIO DA MINERAÇÃO SOBRE INCENTIVOS FISCAIS**

"As informações sobre isenção fiscal da Vale são públicas e os investimentos ambientais, sociais e econômicos relacionados a estes incentivos são divulgados regularmente, dentro da política de transparência da empresa com a sociedade, inclusive em seu portal ESG. É importante reforçar que a base de cálculo deste incentivo parte da receita e do lucro contábil da companhia no respectivo ano fiscal. Em 2022, segundo o último Relatório de Transparência Fiscal, publicado em julho de 2023, o valor total dos incentivos disponíveis para a Vale no Brasil foi de aproximadamente US\$ 1,4 bilhão. Estes incentivos fiscais fazem parte de políticas de desenvolvimento regional e são mantidos a partir de uma série de contrapartidas e do cumprimento contínuo da legislação trabalhista e das normas de proteção e controle do meio ambiente.

A Vale tem como premissa contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e estabelecer relações de respeito e confiança dos territórios nos quais está presente. Com uma história de quase 4 décadas no Norte do País, as atividades da Vale na região refletem este compromisso com as comunidades locais, incluindo povos indígenas e comunidades tradicionais, e o meio ambiente.

No Pará e Maranhão, que fazem parte da região de abrangência da Sudam, a empresa fez um desembolso total de R\$ 38,8 bilhões em 2022, com R\$ 16 bi em compras de fornecedores locais, e emprega 67 mil trabalhadores próprios e terceiros. Para além dos investimentos econômicos, ambientais e sociais voluntários, a Vale apoia iniciativas que produzem um legado positivo nas frentes da cultura, saúde, esportes, crianças e adolescentes e defesa dos direitos de idosos, via recursos incentivados.

Por meio da Fundação Vale, em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV), o Programa de Educação e Saúde no Pará apoia a alfabetização plena de crianças nas escolas públicas em 32 municípios, quase 90 mil estudantes beneficiados em 911 unidades de educação nos dois estados. Com o Ciclo Saúde Proteção Social, a Fundação apoia a melhoria de 122 Unidades Básicas de Saúde, que beneficia 580 mil usuários do SUS.

Na frente ambiental, a atuação da Vale no Mosaico de Carajás, no Pará, é exemplo de mineração sustentável - a empresa ajuda a proteger uma área de cerca de 800 mil hectares, ou 5 vezes o tamanho da cidade de São Paulo. Além disso, o Fundo Vale já contribuiu com cerca de R\$ 210 milhões em 90 projetos, envolvendo uma rede de aproximadamente 40 organizações na Amazônia. Já o Instituto Cultural Vale é parceiro de iniciativas que contribuem para potencializar a cultura nas comunidades locais, com mais de 350 projetos realizados em 2022 com patrocínio por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura e de recursos próprios.

A Vale reafirma o seu compromisso com a transparência e a mineração sustentável, promovendo o desenvolvimento socioeconômico e a conservação das áreas em que atua.”